



DETERMINANTES DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CONFORMIDADE COM O *GLOBAL REPORTING INITIATIVE*

Daniela Di Domenico¹
Cristian Bau Dal Magro²
Sady Mazzioni³
Marinez Badziak Preis¹¹
Roberto Carlos Klann¹²

RESUMO

Os relatórios de sustentabilidade descrevem os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações. Por meio deles é possível medir e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades das organizações e suas preocupações com o meio socioambiental em que estão inseridas. O objetivo do estudo é identificar os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o *Global Reporting Initiative* (GRI) nas empresas listadas na BM&FBovespa. A pesquisa é descritiva, de natureza documental e com abordagem quantitativa. A população compreendeu 523 empresas listadas na BM&FBovespa e a amostra é composta de 71 empresas que divulgaram o relatório de sustentabilidade no modelo GRI. Os resultados apontam que o setor de utilidade pública apresentou maior nível de evidenciação nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI. Os determinantes para o nível de evidenciação foram a riqueza gerada, margem líquida, retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo.

Palavras Chaves: Sustentabilidade. Informações Socioambientais. Conteúdo do relatório ambiental. Evidenciação Ambiental.

¹ Mestre em Ciências Contábeis – FURB. Professora do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. E-mail: danieladidomenico@hotmail.com

² Doutorando em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: crisbau@unochapeco.edu.br

³ Doutorando em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: sady@unochapeco.edu.br

¹¹ Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. E-mail: maripreis@unochapeco.edu.br

¹² Professor do Programa de Pós Graduação na Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: rklann@furb.br

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade, de maneira geral, busca cada vez mais por um desenvolvimento sustentável com o objetivo de não exaurir os recursos naturais e prejudicar a sobrevivência no futuro. Entre as práticas de sustentabilidade está a preocupação com a redução no uso dos recursos naturais, com a quantidade de resíduos gerados e com os impactos ambientais causados pelas organizações.

As empresas se utilizam da evidenciação ambiental para divulgar e comunicar à sociedade e aos demais usuários sobre as atividades econômicas, financeiras, sociais e ambientais que são desenvolvidas. Assim, além de ser utilizada como estratégia para aumentar a competitividade, evidenciar os aspectos ambientais e sociais, pode representar a possibilidade de aumento na reputação e no envolvimento com a sociedade.

Os relatórios de sustentabilidade têm por objetivo descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações, sendo possível medir e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades das organizações e demonstrar o quanto as empresas estão preocupadas com o meio socioambiental em que estão inseridas.

No Brasil dois modelos vêm sendo utilizados para demonstrar as práticas de sustentabilidade socioambientais: o balanço Social, que é um modelo brasileiro, e o *Global Reporting Initiative* (GRI), que consiste em um padrão internacional de divulgação.

O modelo de relatório GRI foi criado em 1997, com a missão de desenvolver e disseminar relatórios de sustentabilidade, focando suas atividades no desenvolvimento de um relatório padrão, que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. No Brasil, o relatório de sustentabilidade em consonância com o modelo GRI passou a ser adotado pelas organizações listadas na BM&FBovespa em 2006 (GRI, 2006).

Desse modo, a importância dos aspectos socioambientais das empresas para a sociedade e a aderência de um modelo com padrões internacionais pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa é fator preponderante para verificação. Portanto, a inquietação é verificar se existem fatores determinantes para R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade e sua conformidade com o modelo GRI.

Diante do contexto apresentado, o estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Quais os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a adoção do modelo internacional GRI nas empresas listadas na BM&FBovespa? Para responder a questão previamente formulada, o estudo tem como objetivo identificar os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a adoção do modelo internacional GRI nas empresas listadas na BM&FBovespa.

Este estudo pretende contribuir para tornar mais conhecido o relatório de sustentabilidade e demonstrar a importância de sua evidenciação. A contabilidade ambiental auxilia na tomada de decisão de forma sustentável, divulga as informações sociais e ambientais das entidades, além de contribuir nos processos estratégicos das empresas em relação ao meio socioambiental. Diversos estudos utilizaram diferentes variáveis buscando identificar os determinantes do nível de divulgação ambiental das organizações (KLASSEN; MACLAUGHLIN, 1996; GAO; HERAVI; XIAO, 2005; CALIXTO, 2007; CUNHA; RIBEIRO, 2008; BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009; CONCEIÇÃO et al. 2010; DI DOMENICO et al., 2013; FASOLIM et al., 2013). Deste modo, o estudo preenche a lacuna de pesquisa, agrupando as diferentes variáveis utilizadas por diversos estudos a fim de estabelecer os determinantes do nível de divulgação socioambiental.

O relatório de sustentabilidade GRI é um modelo com o intuito de atender a uma necessidade de padronização, fornecer maior qualidade na divulgação e disponibilizar um modelo internacionalmente aceito para a elaboração de relatórios sobre desempenho econômico, ambiental e social. Assim, na medida que a globalização da economia avança, aumentam as oportunidades e melhora a qualidade de vida por meio do compartilhamento do conhecimento e do acesso à tecnologia. Contudo, muitas vezes o crescimento econômico, o aumento da população mundial e o prolongamento da expectativa de vida acarretam em riscos para a instabilidade no consumo dos recursos naturais (GRI, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Ambiental

O interesse das empresas na evidenciação contábil não deve estar somente na legalidade (no cumprimento das normas), mas também nos princípios éticos de transparência e no atendimento para a demanda dos diferentes usuários das informações.

As primeiras evidenciações de informações ambientais incluíam aspectos relacionados à interação das atividades com o meio ambiente em uma seção não obrigatória. Com o passar do tempo, algumas empresas passaram a divulgar informações ambientais de forma voluntária em suas demonstrações financeiras. Atualmente, a comunicação ambiental voluntária moveu-se em direção à produção do relatório de sustentabilidade, que em alguns casos segue as diretrizes propostas pelo GRI. O relatório de sustentabilidade pelo modelo GRI inclui informações sobre questões econômicas, sociais e ambientais, chamado de “*triple bottom line*” (GRI, 2006).

A concepção do GRI em 1999 ocorreu com o movimento de responsabilidade social corporativa, descendente do movimento social da década de 1970, que tornou-se líder rapidamente entre os sistemas voluntários como um relatório de sustentabilidade. O GRI introduziu três inovações institucionais: (i) processo *multistakeholder* de desenvolvimento de diretrizes de relatórios; (ii) institucionalizou o processo de produção de gerações sucessivas das orientações; e (iii) a criação de uma organização para servir como regulador das diretrizes e dos processos (BROWN; JONG; LESSIDRENSKA, 2007).

A divulgação ambiental nas demonstrações financeiras é um aspecto importante da avaliação ambiental e desempenho das empresas, o que tem evoluído ao longo dos anos (ELKINGTON, 1997). O relatório de sustentabilidade GRI foi desenvolvido como uma forma de ajudar as organizações a informar aspectos

relacionados ao desempenho ambiental, social e econômico, além de aumentar a sua prestação de contas à sociedade (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006).

O modelo GRI apresenta importantes contribuições, principalmente ao oferecer informações abrangentes sobre aspectos socioambientais. Adicionalmente, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece bases para maior comparabilidade das informações, e representa um esforço para a harmonização das informações, trazendo maior valor ao relatório (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007).

Todo o esforço realizado pelo GRI serve para concretizar a missão de “desenvolver e divulgar as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade e de aplicabilidade global” (GRI, 2006, p. 2), além de “estabelecer princípios amplamente adotados para que se possa promover uma harmonização internacional desse tipo de relatório” (WOODS, 2003, p. 60).

Apesar de existirem tentativas de normatizar a forma pela qual as informações sociais e ambientais devem ser evidenciadas, como são os casos dos modelos de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do GRI, não há no Brasil obrigatoriedade para divulgação dessas informações (ROVER; ALVES; BORBA, 2008).

Gray e Bebbington (2001) afirmaram que os relatórios ambientais ganharam um espaço importante na mídia corporativa. Apesar disso, tais relatórios ainda são utilizados, quase que exclusivamente, no meio das grandes corporações. Tinoco e Kraemer (2011) mencionaram também que questões ambientais nos relatórios da maioria das empresas inexistem, não sendo ainda objeto de divulgação no Brasil.

Neu, Warsame e Pedwell (1998) argumentaram que a gestão, muitas vezes prefere narrativas de contabilidade, tais como as divulgações ambientais, não financeiras ou outras informações quantificáveis, porque essas divulgações podem ser deliberadamente personalizadas para gerenciar a impressão dos públicos e, como observado por Hopwood (2009), pode ser usado para facilitar a construção de uma nova e diferente imagem da empresa.

2.2 Estudos Anteriores e os Determinantes da Divulgação Socioambiental

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

As pesquisas com o objetivo de verificar a divulgação de informações ambientais têm ganhado considerável atenção e crescimento nos últimos anos (DEEGAN; RANKIN, 1997). Assim, são apresentados alguns estudos nacionais e internacionais sobre o assunto que envolve a divulgação de informações ambientais em diferentes relatórios ambientais e de sustentabilidade.

Hackston e Milne (1996) examinaram variáveis que podem ser potenciais determinantes do nível de divulgação social e ambiental nas empresas da Nova Zelândia. Os resultados indicaram que o tamanho e a natureza da atividade estão significativamente associados com o nível de divulgação ambiental e que o desempenho não apresenta a associação significativa.

Klassen e MacLaughlin (1996) constaram que quando as práticas ambientais se tornaram públicas, os ganhos de mercado das empresas alteravam positivamente, ou quando diminuía os custos com investimentos ambientais, os investidores mudavam suas perspectivas e percepções de valor das empresas. Os resultados indicaram retornos anormais positivos de ações, em que o desempenho ambiental, a certificação ISO 14001, as práticas de responsabilidade social corporativa e a gestão ambiental, estavam diretamente relacionadas com a rentabilidade das organizações.

No estudo de Gao, Heravi e Xiao (2005), os autores examinaram os determinantes do *disclosure* ambiental e social corporativo nos relatórios anuais das empresas de Hong Kong. Concluíram que o tipo de indústria exerce impacto sobre a quantidade, o tema e a localização do *disclosure* ambiental e social. Além disso, sugerem a existência de uma correlação positiva entre o tamanho da empresa e o nível de *disclosure*.

Cunha e Ribeiro (2008) investigaram os incentivos das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro para divulgação voluntária de informações sociais. Concluíram que a divulgação ambiental tem relação positiva com o nível de governança corporativa e relação negativa com o tamanho das organizações, este último contraria aos achados de Gao, Heravi e Xiao (2005).

Calixto (2007) examinou as informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de 17 setores estabelecidas no Brasil. Os resultados confirmaram o contínuo crescimento quantitativo de informações ambientais divulgadas por meio dos relatórios contábeis, principalmente do relatório da administração. A análise setorial permitiu identificar profundas diferenças entre setores e entre empresas. Apesar da falta de padrão para divulgação deste tipo de informação, esta ocorre voluntariamente, de forma crescente e não necessariamente de forma constante, com diferenças entre setores e entre empresas.

O estudo de Braga, Oliveira e Salotti (2009) teve como objetivo avaliar a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. As variáveis relacionadas com o nível de divulgação ambiental foram: tamanho, desempenho, endividamento, riqueza criada, natureza da atividade, controle acionário e governança corporativa. Os resultados indicaram que a maior parte das informações ambientais (82,85%), foram encontradas no relatório da administração e não passou pela avaliação dos auditores externos; são declarativas (61,60%) e a maioria (90,22%) atribui crédito à imagem da empresa. Concluíram que o tamanho, a riqueza criada e a natureza da atividade exercem influência direta e significativa sobre o nível de divulgação ambiental.

Conceição et al. (2010) realizaram um levantamento sobre a evidenciação de responsabilidade social corporativa das companhias brasileiras. Os resultados mostraram que a política de evidenciação em responsabilidade social corporativa foi incipiente e altamente vinculada a aspectos de externalidade positiva (marketing social), possibilitando o estabelecimento de uma determinação significativa entre o desempenho econômico-financeiro (endividamento e rentabilidade) com a evidenciação em responsabilidade social corporativa.

Di Domenico et al. (2013) identificaram a existência de diferenças significativas nos indicadores econômico-financeiros entre as empresas listadas na BM&FBovespa que evidenciaram o relatório de sustentabilidade em 2010. A análise dos dados considerou indicadores representativos da estrutura de capital, liquidez e rentabilidade. Os resultados apontaram que as empresas que evidenciaram o GRI

possuem, em média, maiores indicadores de endividamento. Em contrapartida, os resultados sugerem que possuem melhores índices de liquidez e rentabilidade.

Fasolin et al. (2013) verificaram a relação entre o índice de sustentabilidade e os indicadores econômico-financeiros das empresas de energia listadas na BM&FBovespa. Os resultados demonstraram que os indicadores econômico-financeiros do tamanho, rentabilidade e endividamento das empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica não influenciam o nível de evidenciação das práticas de sustentabilidade destas companhias.

Diante dos estudos anteriores, tem-se Hackeston e Milme (1996), Gao, Heravi e Xiao (2005), Cunha e Ribeiro (2008), Braga, Oliveira e Salotti (2009) e Fasolim et al. (2013) que oferecem suporte para que o tamanho seja determinante do nível de divulgação ambiental. Do mesmo modo, Verrecchia (2001) presumiu que os custos de divulgação ambiental são menores para as empresas de grande porte e que possuem maior capacidade de suportar os possíveis custos do processo de divulgação. Assim, espera-se que o nível de divulgação socioambiental seja diretamente relacionado com o tamanho da empresa.

A base para fundamentar que a rentabilidade é determinante do nível de divulgação socioambiental foi extraída dos estudos de Klassen e MacLaughlin (1996), Braga, Oliveira e Salotti (2009), Conceição et al. (2010), Di Domenico et al. (2013) e Fasolim et al. (2013), e a base para fundamentar a liquidez foi extraída do estudo de Di Domenico et al. (2013). Deste modo, Braga, Oliveira e Salotti (2009) comentaram que as empresas com melhor desempenho (rentabilidade e ou liquidez) apresentam maior nível de divulgação ambiental.

Em relação a variável de endividamento, os estudos de Braga, Oliveira e Salotti (2009), Conceição et al. (2010), Di Domenico et al. (2013) e Fasolim et al. (2013) salientaram que é útil para determinar o nível de divulgação ambiental das organizações. Braga, Oliveira e Salotti (2009) comentam que empresas endividadas tenham maior nível de divulgação para amenizar a sensação de risco aos fornecedores do capital. Lanzana (2004) corroborou com estudos que mostraram que empresas endividadas apresentaram maior nível de divulgação ambiental.

Verrecchia (2001) comentou que empresas com maior valor de riqueza gerada, tendem a apresentar maior nível de divulgação ambiental. O estudo de Braga, Oliveira e Salotti (2009) utilizou a variável riqueza gerada como determinante para o nível de divulgação ambiental. Os estudos de Hackeston e Milme (1996), Gao, Heravi e Xiao (2005), Calixto (2007), Braga, Oliveira e Salotti (2009), fundamentaram a variável setor de atuação como determinante do nível de divulgação ambiental. De acordo com Dierkes e Preston (1977), empresas que atuam em setores potencialmente poluidores estão mais propensas a divulgarem informações ambientais.

Em relação a variável propriedade familiar, o estudo de Braga, Oliveira e Salotti (2009) utilizou o controle acionário como determinante do nível de divulgação ambiental. Além disso, Silva et al. (2007) salientaram que o grau de *disclosure* das empresas é influenciado pela origem do controle acionário. Hackston e Milne (1996) afirmaram que o controle acionário pode ser uma variável determinante do nível de divulgação ambiental. Assim, para estes estudos foram consideradas as empresas de propriedade familiar como determinante do controle acionário. Portanto, as empresas com controle familiar são aquelas que possuem no mínimo dois membros da família que ocupam cargos no conselho de administração (LEONE, 2005; WESTHEAD; HOWORTH, 2006; EBIHARA et al., 2012). Além disso, é preciso observar as ações em posse dos membros da família, sendo considerada de controle familiar a empresa que a família é possuidora de no mínimo 20% das ações (LEONE, 2005; EBIHARA et al., 2012).

Por fim, os estudos de Cunha e Ribeiro (2008) e Braga, Oliveira e Salotti (2009) estabeleceram a variável governança corporativa como determinante do nível de divulgação ambiental. Braga, Oliveira e Salotti (2009) comentaram que o incentivo à adoção de boas práticas de governança corporativa se deve ao objetivo de reduzir o grau de assimetria informacional, e o *disclosure* é considerado um dos pilares da governança corporativa.

Conforme observado, os estudos abordaram diferentes variáveis como determinante da divulgação na perspectiva ambiental. A proposta desta pesquisa é

preencher a lacuna avaliando as variáveis que foram abordadas de forma isolada em conjunto, como determinantes da divulgação socioambiental.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo é descritivo em função do aprofundamento na análise dos relatórios de sustentabilidade das organizações listadas na BM&FBovespa. Neste caso, o tema é estudado por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade a fim de identificar se os itens divulgados estão de acordo com o modelo GRI. Além disso, foram utilizadas algumas variáveis com o objetivo de identificar os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa baseou-se na análise documental, por valer-se dos relatórios de sustentabilidade apresentados no ano de 2013, para verificar se as empresas que aderiram ao modelo GRI estavam divulgando todos os itens propostos. Somado a isso, foram analisados os demonstrativos contábeis do ano de 2013 para o cálculo das seguintes variáveis: ativo total, riqueza gerada, liquidez geral, margem líquida, retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o ativo e endividamento geral.

Também foi verificado se as organizações estavam listadas em algum dos três segmentos diferenciados de governança corporativa. Nos formulários de referência foram verificadas as organizações com controle familiar. Para Silva e Grigolo (2002), a análise documental busca atribuir valor aos materiais não analisados e extrair deles alguma contribuição. A abordagem do problema é quantitativa pela aplicação de técnicas estatísticas para análise e interpretação dos dados.

A população da pesquisa foi composta de 523 empresas listadas na BM&FBovespa. A amostra contempla as empresas que divulgaram o relatório de sustentabilidade pelo padrão do modelo internacional GRI no ano de 2013, totalizando 71 empresas listadas na BM&FBovespa.

O *checklist* utilizado na pesquisa foi construído em consonância com as exigências do modelo internacional GRI, sendo que este é dividido em 10 grupos e possui 123 indicadores. Assim, o grupo da Estratégia e Análise compreendeu a observação de 2 indicadores; Perfil Organizacional compreendeu a observação de 10 indicadores; Perfil do Relatório compreendeu a observação de 13 indicadores; Governança, Compromisso e Engajamento compreendeu a observação de 17 indicadores; Desempenho Econômico compreendeu a observação de 9 indicadores; Desempenho Ambiental compreendeu a observação de 30 indicadores; Práticas Trabalhistas e Trabalho Docente compreendeu a observação de 14 indicadores; Direitos Humanos compreendeu a observação de 9 indicadores; Sociedade compreendeu a observação de 9 indicadores; e Responsabilidade sobre o Produto compreendeu a observação de 9 indicadores.

Para verificar a conformidade dos relatórios de sustentabilidade em relação ao modelo GRI foi atribuída a seguinte escala: zero para os itens que constam no *checklist*, mas que não foram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade; 0,5 para os itens evidenciados parcialmente nos relatórios de sustentabilidade; e 1 para os itens evidenciados integralmente nos relatórios de sustentabilidade.

Visando atingir o objetivo de identificar os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI nas empresas, foi utilizado o modelo de regressão linear por meio do *software* SPSS®. Desse modo, para a aplicação da regressão linear foi necessário o estabelecimento da variável dependente e das variáveis independentes. A variável dependente foi composta pelo logaritmo natural do nível de evidenciação geral (LNEVID), obtido pela somatória das atribuições de ordem 0 aos itens não evidenciados, 0,5 aos itens evidenciados parcialmente e 1 aos itens evidenciados integralmente nos relatórios de sustentabilidade, podendo o nível de evidenciação variar entre 0 a 123 para cada organização estudada. Após a identificação do nível de evidenciação, procedeu-se ao cálculo do logaritmo natural.

As variáveis independentes utilizadas foram: o setor de atuação, governança corporativa, propriedade familiar, tamanho, riqueza gerada, liquidez geral, margem líquida, patrimônio líquido, retorno sobre o ativo e o endividamento geral.

Quanto ao setor de atuação, considerando a presença de dez setores econômicos (Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro e Outros, Materiais Básicos, Petróleo e Gás, Tecnologia, Telecomunicação e Utilidade Pública), utilizou-se nove variáveis *dummies*, construídas com base em Fávero et al. (2009). Neste estudo, o setor de utilidade pública foi considerado como de referência, escolhido em razão de possuir o maior número de empresas.

A governança corporativa (GC), que assume variável de natureza dicotômica com a *proxy* de valor 0 para as empresas não listadas em um dos três segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa (N1, N2 ou Novo Mercado) e valor 1 para as empresas listadas em um dos três referidos segmentos.

A propriedade familiar (PROFAMILIAR) assume variável de natureza dicotômica com valor 1 para as empresas que possuem controle familiar (mínimo de 2 membros da família que compõem o conselho de administração ou membros da família com representatividade maior que 20% na posição acionária) e 0 para as empresas que não possuem controle familiar. O tamanho (LNATIVO) é representado pelo logaritmo natural do ativo total. A riqueza gerada (LNRIQGER) foi coletada da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é representada pelo logaritmo natural do valor da contribuição da empresa para a formação do produto interno bruto (PIB) do país, deduzida a depreciação.

Por fim, a liquidez geral (LIQGERAL), a margem líquida (MARGLIQ), o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), o retorno sobre o ativo (ROA) e o endividamento geral (ENDGERAL) foram calculados com base nas informações coletadas e utilizado os respectivos índices para estabelecimento das variáveis. Para atender ao objetivo do estudo, utilizou-se de regressão linear múltipla, representada pela seguinte equação:

$$\text{LNEVID} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Bens Industriais} + \beta_2 \text{ Construção} + \beta_3 \text{ Consumo Cíclico} + \beta_4 \text{ Consumo Não Cíclico} + \beta_5 \text{ Financeiro e Outro} + \beta_6 \text{ Materiais Básicos} + \beta_7 \text{ Petróleo e Gás} + \beta_8 \text{ Tecnologia} + \beta_9 \text{ Telecomunicação} + \beta_{10} \text{ GC} + \beta_{11} \text{ PROFAMILIAR} + \beta_{12}$$

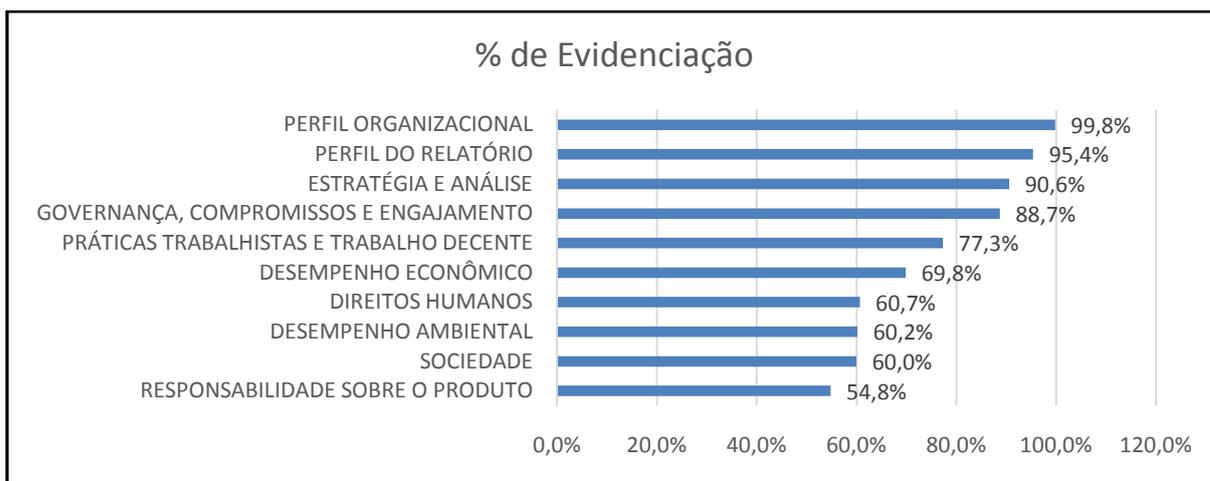
$$\text{LNATIVO} + \beta_{13} \text{LNRIQGER} + \beta_{14} \text{LIQGERAL} + \beta_{15} \text{MARGLIQ} + \beta_{16} \text{ROE} + \beta_{17} \text{ROA} + \beta_{18} \text{ENDGERAL} + \varepsilon$$

Na aplicação do modelo, observaram-se os pressupostos fundamentais da técnica de análise de regressão, que são: normalidade (*Shapiro-Wilk*), homoscedasticidade (Levene), autocorrelação dos resíduos (*Durbin-Watson*) dos dados e multicolinearidade (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007; HAIR et al., 2005; FÁVERO et al., 2009).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise relacionada ao nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade, em conformidade com os grupos de itens do modelo GRI é apresentado no Gráfico 1. Assim, os 123 indicadores observados e relacionados ao modelo GRI estão subdivididos em 10 grupos: Estratégia e Análise; Perfil Organizacional; Perfil do Relatório; Governança, Compromisso e Engajamento; Indicadores de Desempenho Econômico, Ambientais e Sociais; Práticas Trabalhistas e Trabalho Docente; Direitos Humanos; Sociedade; Responsabilidade sobre o Produto.

Gráfico 1 – Nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com os grupos do modelo GRI



Fonte: dados da pesquisa.

O Gráfico 1 mostra que os itens que compõem o grupo do indicador Perfil Organizacional foram os mais evidenciados, com média de 99,8%. Contudo, o elevado nível de evidência pode estar relacionado à facilidade em divulgar os itens que compõem o grupo: nome da organização, principais marcas, produtos ou serviços, estrutura organizacional, localização da sede, número de países em que opera o tipo e natureza jurídica da propriedade, mercados, porte da organização, principais mudanças em relação ao porte, estrutura ou participação acionária e os prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.

Em seguida, o grupo de itens relacionados ao Perfil do Relatório também apresentou nível médio de evidência elevado, com 95,4%. No entanto, infere-se que este grupo também é de fácil evidência, contendo a necessidade de informar o período coberto pelo relatório, data do relatório anterior mais recente, ciclo de emissão dos relatórios, dados para contato, limite do relatório, declaração sobre quaisquer limitações, base para a elaboração do relatório, mudanças significativas em comparação com anos anteriores e tabela que identifica a localização das informações no relatório.

O grupo de itens relacionados à Estratégia e Análise também apresentou um nível médio significativo de evidência, com 90,6%. Este resultado pode ter influência no fato de que, neste grupo, são compreendidos apenas dois itens: o primeiro que se refere à declaração sobre a relevância da sustentabilidade e o segundo da descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

A governança, compromisso e engajamento foram itens que apresentaram nível médio de evidenciação de 88,7%. Neste grupo, as empresas deveriam evidenciar informações sobre a estrutura de governança, indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor executivo, mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou forneçam orientações, processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados, os processos para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança. Além disso, esse grupo inclui as declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos, procedimentos para supervisionar a identificação e gestão do desempenho econômico, ambiental e social e os processos para a auto avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.

Os itens relacionados às Práticas Trabalhistas e Trabalho Docente apresentaram nível médio de evidenciação de 77,3%. Neste grupo são apresentadas informações sobre o total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região, número total e taxa de rotatividade de empregados, os benefícios oferecidos, percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva, prazo mínimo para notificação referente a mudanças operacionais e o percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde. Além disso, informações sobre taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e óbitos relacionados ao trabalho por região, programas de educação, treinamento, prevenção e controle de riscos, a média de horas de treinamento por ano realizado por funcionário, programas para gestão de competência e aprendizagem contínua e o percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

O grupo de itens do Desempenho Econômico apresentou média de evidenciação de 69,8%. Neste grupo são evidenciados os itens relacionados aos valores econômicos gerados e distribuídos, as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades, as ajudas financeiras recebidas do governo, a variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário

mínimo local, políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais, além do desenvolvimento e impacto de investimento em infraestrutura e serviços.

Os grupos de itens relacionados aos Direitos Humanos (práticas de investimento e de processos de compra, não discriminação, trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, práticas de segurança, direitos indígenas), Sociedade (comunidade e corrupção) e Desempenho Ambiental apresentaram nível de evidenciação médio, em torno de 60% para os três grupos.

Por fim, o grupo de itens relacionados à Responsabilidade sobre o Produto apresentou o menor nível médio de evidenciação, com 54,8%. Este grupo exige a divulgação de um relato conciso da forma de gestão, com referência aos aspectos relacionados à responsabilidade pelo produto, saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de marketing, privacidade do cliente e sua conformidade.

Os resultados indicam que, à medida em que há maior complexidade nos itens que compreendem os grupos de indicadores dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI, é reduzido o nível de evidenciação pelas empresas. Portanto, quanto mais complexas as informações, maior a possibilidade de não haver divulgação da informação.

Além disso, é possível inferir que quando é adentrado para questões que envolvem práticas socioambientais os níveis de evidenciação são reduzidos. O resultado indica que as organizações estão demonstrando suas práticas socioambientais, sejam elas sobre desempenho econômico, ambiental e social, de maneira superficial, prejudicando a relevância do relatório ambiental para o usuário da informação. Por outro lado, tendem a apresentar de maneira detalhada e abrangente apenas as informações cadastrais, não sendo importante para o usuário da informação, causando impacto negativo na informatividade do relatório GRI.

Posteriormente, foi verificado o percentual médio de evidenciação geral das empresas em relação aos itens do *checklist* elaborado pelo modelo GRI. O *checklist* contemplou 123 itens e a pontuação de cada empresa variou de 0 a 123.

Para a elaboração dessa análise foi necessário verificar o somatório de itens evidenciados em cada empresa estudada, para analisar o nível de evidenciação

ambiental de acordo com o modelo GRI. Em seguida, foi dividido o somatório em quatro grupos, que ficaram divididos da seguinte forma: Grupo 1 - de 0 a 50 itens atendidos (baixa); Grupo 2 - 51 a 75 itens atendidos (média); Grupo 3 - 76 a 100 itens atendidos (alta); e Grupo 4 - acima de 100 itens atendidos (superior).

A Tabela 1 mostra a distribuição de empresas, o número de itens atendidos, o percentual de empresas com níveis diferenciados de governança corporativa e o percentual de empresas com propriedade familiar.

Tabela 1 – Evidenciação por grupos de empresas dos 123 itens do modelo GRI

Nível de Evidenciação	Nº empresas	% médio de empresas	Número médio de itens evidenciados	% médio de empresas com Governança Corporativa	% médio de empresas com propriedade familiar
Grupo 1	5	7,04%	44	100,00%	20,00%
Grupo 2	15	21,13%	64	73,33%	46,67%
Grupo 3	21	29,58%	87	80,95%	80,95%
Grupo 4	30	42,25%	110	83,33%	63,33%

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 1 que cinco empresas apresentaram baixa evidenciação dos itens nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI, representando 7,04% do total de empresas estudadas que, em média, evidenciaram 44 dos 123 itens observados. Por outro lado, é possível inferir que 42,25% das empresas brasileiras analisadas divulgam o relatório de sustentabilidade com índice de evidenciação superior, demonstrando conformidade com 110 dos 123 itens observados.

Observa-se que as cinco empresas que apresentaram baixa evidenciação dos itens do modelo GRI nos relatórios de sustentabilidade são listadas em algum segmento de governança corporativa (N1, N2 ou Novo Mercado). As empresas que apresentaram média, alta e evidenciação superior nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI apresentaram percentual médio próximo em relação à *proxy* de governança corporativa (73,33%, 80,95% e 83,33%). Por fim, é possível verificar que as empresas que possuem evidenciação alta e superior tendem a possuir o controle não familiar (80,95% e 63,33%). A Tabela 2 mostra o

nível médio de evidenciação geral dos 123 itens do modelo GRI em relação aos setores.

Tabela 2 – Nível médio de evidenciação dos 123 itens do modelo GRI em relação aos setores

Setores de atuação		Nível de Evidenciação Geral			
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Bens industriais	Percentual	0,00%	6,67%	4,76%	0,00%
	Número	00	01	01	00
Consumo Cíclico	Percentual	20,00%	13,33%	14,28%	6,67%
	Número	01	02	03	02
Consumo Não cíclico	Percentual	40,00%	6,67%	19,04%	6,67%
	Número	02	01	04	02
Construção e Transporte	Percentual	20,00%	13,33%	9,53%	10,00%
	Número	01	02	02	03
Financeiro e outros	Percentual	20,00%	13,33%	9,53%	13,33%
	Número	01	02	02	04
Materiais Básicos	Percentual	0,00%	20,00%	4,76%	20,00%
	Número	00	03	01	06
Petróleo e Gás	Percentual	0,00%	6,67%	0,00%	3,33%
	Número	00	01	00	01
Tecnologia da informação	Percentual	0,00%	0,00%	4,76%	0,00%
	Número	00	00	01	00
Telecomunicações	Percentual	0,00%	0,00%	0,00%	6,67%
	Número	00	00	00	02
Utilidade Pública	Percentual	0,00%	20,00%	33,33%	33,33%
	Número	00	03	07	10
Total		100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados apresentados pela Tabela 2 mostram que das cinco empresas que apresentaram baixa evidenciação nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI, 40% concentram-se no setor de consumo não cíclico, 20% no setor de consumo cíclico, 20% no setor de construção e transporte e 20% no setor de financeiro e outros. Das 15 empresas que apresentaram média evidenciação nos relatórios de sustentabilidade, a maior concentração está nos setores de materiais básicos e utilidade pública, respectivamente com 20%. Das 21 empresas que apresentaram alta evidenciação nos relatórios de sustentabilidade, a maior concentração está no setor de utilidade pública, com 33,33%, e no setor de consumo não cíclico, com 19,04%. Por fim, das 30 empresas que apresentaram evidenciação superior, a maior concentração está no setor de utilidade pública, com 33,33%, e no setor de materiais básicos, com 20%. É possível inferir, a partir desses resultados, que existe predominância do setor de utilidade pública para a R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

apresentação de um nível mais elevado de evidenciação nos relatórios de sustentabilidade, em conformidade com o modelo GRI.

Por fim, para alcançar o objetivo previamente proposto para o estudo, utilizou-se de regressão linear entre a variável dependente nível de evidenciação em relação às variáveis independentes, que compreendem seus possíveis determinantes. Contudo, antes de expor os resultados da regressão linear, destaca-se o atendimento aos pressupostos de aleatoriedade (*Durbin-Watson*), normalidade (*Shapiro-Wilk*) e homocedasticidade (*Levene*) para cada modelo de regressão, conforme mostra a Tabela 3 - Pressupostos para técnica de regressão.

Tabela 3 – Pressupostos para técnica de regressão

Pressupostos	Testes	Hipóteses
Aleatoriedade	<i>Durbin-Watson</i> Estatística DW = 2,383; Valor-p = 0,4043; Autocorrelação dos resíduos = - 0,1256.	Inexiste auto correlação de primeira ordem entre os resíduos
Normalidade	<i>Shapiro-Wilk</i> Estatística SW = 0,9761; Valor-p = 0,1933.	A distribuição dos resíduos é normal
Homocedasticidade	<i>Levene</i> Estatística F = 2,9066 Valor-p = 0,0927.	A variância dos erros é uniforme

Modelos de regressão para variável dependente: LNEVID

Fonte: dados da pesquisa.

O teste DW apresentado na Tabela 3 demonstra a inexistência de autocorrelação de primeira ordem entre os resíduos, visto que o valor do modelo está próximo de 2,00. O resultado do teste corrobora o entendimento de Hair et al. (2005), de que os valores de estatística DW devem estar próximos a dois para que seja atendido este pressuposto da regressão. A normalidade dos dados é testada pelo teste de Shapiro-Wilk (S-W), que apresentou uma distribuição normal dos resíduos. Para verificação da homocedasticidade aplicou-se o teste de Levene, o qual não foi significativo para o modelo, confirmando-se a hipótese de que a variância dos erros é uniforme, ou seja, que a diferença entre as variâncias é igual a zero. Por fim, tem-se o teste de multicolinearidade, em que para todas as variáveis foi verificado que não há multicolinearidade entre as variáveis em estudo.

A Tabela 4 mostra o resumo do modelo de regressão para a variável dependente LNEVID em relação às variáveis independentes Bens Industriais, Construção, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro e Outro, Materiais R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

Básicos, Petróleo e Gás, Tecnologia, Telecomunicação, GC, PROFAMILIAR, LNATIVO, LNRIQGER, LIQGERAL, MARGLIQ, ROE, ROA e ENDGERAL.

Tabela 4 – Coeficientes do modelo de regressão

Variável dependente: LNEVID			R ² Ajustado: 0,339	F 2,998	Sig 0,001*	
Variáveis independentes	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	Estatísticas	Valor-p sig.	
	B	Erro padrão	Beta			
(Constante)	3,372	,391		8,636	,000*	
Setores	Bens Industriais	-,308	,178	-,178	-,1729	,090
	Construção e	-,054	,114	-,060	-,475	,637
	Consumo cíclico	-,238	,107	-,276	-2,229	,030*
	Consumo não	-,160	,106	-,176	-1,511	,137
	Financeiro e Outros	,111	,136	,129	,816	,418
	Materiais Básicos	,056	,102	,068	,549	,585
	Petróleo e Gás	,088	,196	,051	,447	,656
	Tecnologia	-,136	,251	-,056	-,543	,589
	Telecomunicações	-,035	,181	-,020	-,193	,848
GC	,096	,085	,129	1,117	,269	
PROFAMILIAR	,061	,080	,104	,771	,444	
LNATIVO	-,001	,042	-,003	-,014	,989	
LNRIQGER	,075	,035	,436	2,147	,036*	
LIQGERAL	-,080	,046	-,264	-1,726	,090	
MARLIQ	-,012	,003	-,880	-4,061	,000*	
ROE	-,006	,002	-,791	-2,433	,018*	
ROA	,046	,013	1,498	3,493	,001*	
ENDGERAL	-,006	,014	-,064	-,449	,656	

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4 que o modelo explica 33,9% do nível de evidenciação nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI. Verifica-se que as variáveis independentes setor Consumo Cíclico, GC, PROFAMILIAR, LNATIVO, LNRIQGER, LIQGERAL, MARLIQ, ROE, ROA e ENDGERAL possuem relação significativa ao nível de 1% com a variável dependente LNEVID.

O procedimento adotado no tratamento das variáveis representativas dos setores considerou o setor de utilidade pública como o de referência. Verifica-se na Tabela 4 que somente os setores Financeiros e Outros, Materiais Básicos e Petróleo R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

e Gás apresentaram coeficientes positivos, indicando que possuem maior influência sobre a variável dependente do que o setor de utilidade pública. Os demais setores, por outro lado, apresentaram coeficiente negativo e, como consequência, menor influência do que o setor de referência, na explicação da variável dependente. O resultado presume que setores mais poluidores tendem a divulgar em menor proporção informações ambientais, corroborando com o estudo de Dierkes e Preston (1977) sobre a influência dos setores poluidores no nível de divulgação e com o estudo de Gao, Heravi e Xiao (2005), que aponta que o tipo de indústria exerce impacto sobre a quantidade de evidenciação ambiental e social.

Os resultados demonstraram que a riqueza gerada (LNRIQGER) e o retorno sobre o ativo (ROA) apresentaram relação positiva e significativa ao nível de 5% e 1%, respectivamente, com a variável dependente LNEVID. De outro modo, a margem líquida (MARLIQ) e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apresentaram relação negativa e estatisticamente significativa, ao nível de 5% e 1%, com a variável dependente.

Deste modo, é possível inferir que a riqueza gerada, a margem líquida, o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo são determinantes para o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI, na amostra pesquisada. Esses resultados corroboram os achados Klassen e Maclaughlin (1996), Conceição et al. (2010), Di Domenico et al. (2013) e Fasolin et al. (2013), que apontaram que os indicadores de rentabilidade explicam o nível de evidenciação do GRI.

No entanto, é importante destacar que os indicadores de desempenho relacionados ao uso de recursos por parte das empresas, como a riqueza gerada e o ROA, relacionam-se positivamente com a evidenciação, o que indica que empresas nessas condições têm interesse de reportar sua situação aos usuários ou à sociedade de modo geral. Já empresas com elevadas margens líquidas e ROE, indicadores de desempenho mais interessantes para os acionistas, apresentam tendência de menor evidenciação de relatórios de sustentabilidade.

Os resultados apresentados neste estudo corroboram as evidências apontadas por Braga, Oliveira e Salotti (2009), que concluíram que a riqueza criada

pelas organizações exerce influência direta e significativa sobre o nível de divulgação ambiental. Por outro lado, estes resultados contrariam os de Gao, Heravi e Xiao (2005) e Braga, Oliveira e Salotti (2009), que indicaram que o tamanho da organização exerce influência direta sobre o nível de divulgação ambiental, o que não ocorreu nesta perspectiva estudada. Além disso, os resultados de Braga, Oliveira e Salotti (2009) não apresentaram indicação de influência das variáveis de desempenho sobre o nível de divulgação ambiental, contrariando os achados deste estudo, que apontou para a influência direta da margem líquida, ROE e ROA.

Além disso, os resultados confirmam os achados de Braga, Oliveira e Salotti (2009) em relação a não existência de influência da participação da empresa em segmentos diferenciados de governança corporativa sobre o nível de divulgação ambiental. Por outro lado, contrariam os resultados de Cunha e Ribeiro (2008), que encontraram relação positiva entre a divulgação de informações sociais e o nível de governança corporativa das organizações, fato não observado neste estudo.

Os resultados do presente estudo não corroboram os achados de Klassen e Maclaughlin (1996), Conceição et al. (2010) e Di Domenico et al. (2013), de que os indicadores de liquidez explicam e influenciam positivamente o nível de evidenciação do GRI. Por fim, constatou-se também que o controle familiar não possui relação significativa com o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como objetivo identificar os determinantes do nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a adoção do modelo internacional GRI nas empresas listadas na BM&FBovespa. Para tal, uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa foi desenvolvida em uma amostra de 71 empresas listadas na BM&FBovespa que divulgaram relatórios do GRI em 2013.

Os resultados apontados pelo estudo remetem à conclusão que o grupo de indicadores do GRI relacionados ao perfil organizacional apresentou maior média de

evidenciação. No entanto, é preciso enfatizar que os itens relacionados a este grupo são de fácil divulgação (nome da empresa, principais marcas, produtos ou serviços, estrutura organizacional, localização da sede, número de países em que opera, o tipo e a natureza jurídica da propriedade, mercados, porte da organização, principais mudanças em relação ao porte, estrutura ou participação acionária e os prêmios recebidos no período coberto pelo relatório), o que certamente contribuiu para este resultado.

Por outro lado, o grupo de itens relacionados à responsabilidade sobre o produto apresentou a menor média do nível de evidenciação. Contudo, a divulgação de itens exigidos neste grupo é mais complexa, com informações relacionadas à concisão da gestão em referência à responsabilidade pelo produto, saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicação de marketing, privacidade do cliente e sua conformidade.

A partir destes achados é possível concluir que na medida em que há maior complexidade nos itens que compreendem aos grupos de indicadores dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI, é reduzido o nível de evidenciação pelas empresas. Assim, a complexidade das informações de determinado item é relacionada a uma probabilidade de não ocorrer sua divulgação.

Conclui-se ainda que as empresas com elevado nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI são, na sua maioria, predominantes do setor de utilidade pública.

Por fim, os resultados possibilitaram concluir que os determinantes para o nível de evidenciação nos relatórios de sustentabilidade foram a riqueza gerada, a margem líquida, o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo. Além disso, constatou-se que a riqueza gerada e o retorno sobre o ativo determinam positivamente o nível de evidenciação, enquanto a margem líquida e o retorno sobre o patrimônio líquido determinam negativamente o nível de evidenciação nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o modelo GRI.

Com base na pesquisa realizada, propõe-se que sejam desenvolvidos novos estudos para analisar os relatórios setoriais suplementares que as diretrizes do GRI propõem. São sete os modelos setoriais, Energia elétrica, Serviços Financeiros,

Mineração e Metais, ONGs, processamento de alimentos, construção e imobiliário e Operadores de Aeroporto. Os relatórios de suplementos setoriais são as versões das Diretrizes da GRI feitos sob medida para os diferentes setores, os quais auxiliam as organizações na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, endereçando os impactos específicos de forma internacionalmente, comparável à evolução da adequação das pequenas e médias empresas.

DISCLOSURE IN DETERMINING THE LEVEL OF SUSTAINABILITY REPORTING IN ACCORDANCE WITH GLOBAL REPORTING INITIATIVE

ABSTRACT

Sustainability reports describe the economic, environmental and social impacts of organizations. Through them, you can measure and disclose the environmental impacts caused by the activities of organizations and their concerns with the environmental milieu in which they operate. The objective of the study is to identify the determinants of the level of disclosure in sustainability reporting in accordance with the Global Reporting Initiative (GRI) in companies listed on the BM&FBovespa. The research is descriptive in nature documentary and a quantitative approach. The population consisted of 523 companies listed on the BM&FBovespa and the sample is comprised of 71 companies that reported the sustainability report GRI model. The results show that the public utility sector showed a higher level of disclosure in sustainability reporting in accordance with the GRI model. The determinants for the level of disclosure were generated wealth, net margin, return on equity and return on assets.

Keywords: Sustainability. Socio-environmental information. Content of the environmental report. Environmental Disclosure.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 3, p. 81-95, 2009.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

BROWN, H. S.; JONG, M.; LESSIDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative (GRI) as a Case of Institutional Entrepreneurship. Cambridge, Massachusetts, EUA, Harvard University, **Working Paper**, n. 36, May 2007.

CALIXTO, L. Uma análise da evidência ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. **UnB Contábil**, v. 10, n. 1, p. 9-37, 2007.

CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais e empresas latino-americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, n. 38, 2007.

CONCEIÇÃO, S. H. da; DOURADO, G. B.; BAQUEIRO, A. G. M.; SILVA, S. F. da; BRITO, P. d. C. Nível de Comunicação e Fatores Determinantes na Evidência em Responsabilidade Social Corporativa (Rsc): Um Estudo Qualitativo e Quantitativo com Empresas Listadas na Bovespa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Carlos – SP. **Anais...**, 2010.

CORRAR, L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. In: 30º ENCONTRO DA ANPAD. 2008, Salvador. **Anais...**, 2008

DEEGAN, C.; RANKIN, M. The materiality of environmental information to users of annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. v. 10, n. 4, p. 562-583, 1997.

DIERKES, M.; PRESTON, L. E. Corporate social accounting reporting for the physical environment: A critical review and implementation proposal. **Accounting, Organizations and society**, v. 2, n. 1, p. 3-22, 1977.

DI DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; LAVARDA, C. E. F.; SILVA, M. Z. Análise de Indicadores de Desempenho em Empresas com Publicação do GRI em Comparação às demais Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. In: IV ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO. 2013, Bento Gonçalves/RS. **Anais...**, 2013.

EBIHARA, T.; KUBOTA, K.; TAKEHARA, H.; YOKOTA, E. Quality of accounting disclosures by family firms in Japan. **Available at SSRN 1996505**, 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Capstone, Oxford, 1997.

FASOLIN, L. B.; CHIARELLO, T. C.; KAVESKI, I. D. S. Relação entre o índice de sustentabilidade e os indicadores econômico-financeiros das empresas de energia brasileiras. In: XV ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 2013, Florianópolis/SC. **Anais...**, 2013.

FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GAO, S. S.; HERAVI, S.; XIAO, J. Z. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. **Accounting Forum**. v. 29, p. 233-242, 2005.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environment**. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HAIR JR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre. Bookman, 2005.

HOPWOOD, Anthony G. Accounting and the environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 3-4, p. 433-439, 2009.

KLASSEN, R. D; MCLAUGHLIN, C. P. The impact of environmental management on firm performance. **Management Science**, v. 42, n. 8, p.1199-1214, 1996.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). FEA/USP, São Paulo, 2004.

LEONE, N. M. C. P. G. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobre vivência no mercado globalizado**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONEVA, J. M.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. **Accounting Forum**, v. 30, p. 121-137, 2006.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, n. 3, p. 265-282, 1998.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. (2008). Análise do conteúdo ambiental das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, (8), 2008. **Anais...** São Paulo: Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

SILVA, M. B. D.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

SILVA, F. L.; CHAN, B. L.; FURUTA, F.; ANDRADE MARTINS, G. Influências do controle acionário no disclosure de informações contábeis. In: 31º ENCONTRO DA ANPAD. 2007, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2007.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P.; **Contabilidade e gestão ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. n. 32, p. 97-180, 2001.

WESTHEAD, P.; HOWORTH, C. Ownership and management issues associated with family firm performance and company objectives. **Family Business Review**, v. 19, n. 4, p. 301-316, 2006.

WOODS, M. The Global Reporting Initiative. **The CPA Journal**, v. 73, n. 6, Jun. 2003.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4 - 30, out. 2015/mar. 2016.